

CONCEPÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A MORTE E O MORRER: Comparações entre a *ars moriendi*¹ medieval e o mundo contemporâneo



Dr^a. Márcia Maria de Medeiros
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS
e-mail: yseuth@hotmail.com

RESUMO: Este artigo busca analisar as diferentes nuances socioculturais que envolvem a questão da morte e do morrer, tendo por parâmetro as questões referentes à morte no contexto da história contemporânea e no contexto da história medieval. Assim, pretende-se demonstrar as diferentes maneiras de pensar e de agir que organizavam o processo da morte nas duas esferas temporais, observando a transformação na estrutura do pensamento que acompanhou o ritual da morte.

PALAVRAS-CHAVE: história medieval; morte; literatura medieval.

ABSTRACT: This article analyses the different aspects involving the question of death and to die at the contemporary history and medieval history. The work intends to demonstrate the different ways to think and to organize the process of death at the medieval times and contemporary times, observing the transformation at the thinking structure that scorted the death ritual.

KEYWORDS: medieval history, death, medieval literature.

1. Introdução:

Numa sociedade globalizada, tecnológica e capitalista, as concepções frente a determinados fenômenos biológicos da vida humana mudaram e uma das mudanças mais interessantes a observar está relacionada ao processo da morte, a ponto de se poder dizer que hoje não se morre mais como antigamente.

Em uma sociedade como a atual, completamente dirigida pelas noções de produtividade e de progresso, não se pensa na morte e se procura falar dela o menos possível, passando-se a designar o processo da morte como algo impessoal e os mortos, por sua vez, deixam de ser indivíduos dotados de uma história, para se tornarem coisas, encobrendo-se um fenômeno que tem um cunho natural. Este artigo busca entender as

¹ Neste artigo, entende-se o conceito de *ars moriendi* como sendo o ritual da morte propriamente dito, as maneiras como a sociedade encara o fenômeno da morte afora o seu contexto biológico, levando em conta as relações que se estabelecem entre os vivos e os mortos e a maneira como a estrutura sócio-cultural de cada grupo humano encara o processo da morte e da maneira de morrer em diferentes épocas.

diferentes nuances que marcam esse processo de pensar a morte e tenta traçar comparações entre o mundo contemporâneo e o mundo medieval como aporte para a análise deste objeto.

2. A morte no mundo contemporâneo: algumas considerações

Um dos fatores que marcou, de forma nevrálgica, a mudança na atitude de se pensar a morte foi o deslocamento do lugar onde se morre: não mais em casa, rodeado pela família e pelos entes queridos, mas em um hospital e, em geral, sozinho. No hospital, não existe lugar para se realizar cerimônias como a que o moribundo presidia em meio aos seus conhecidos.

A sociedade industrial é muito dura para com os seus moribundos e agonizantes: simplesmente ela não tem lugar para eles, posto que “são indivíduos que não produzem, não consomem, não acumulam, não respondem aos seus apelos, não competem, não se incomodam com o progresso, com o tempo nem com o dinheiro” (MARANHÃO, 1998, p.15). O mundo ágil do capitalismo, onde tempo é dinheiro, procura esconder a morte, calar sobre ela, expeli-la (e apressadamente) de sua volta. A morte afigura-se, nessa esfera, como algo que incomoda e perturba. E para ser considerada uma “boa morte”, a morte deve ser solitária, rápida e discreta, por assim dizer, “limpa”.

Assim, constata-se que, na sociedade ocidental contemporânea, a morte foi reduzida a um nada. Os indivíduos, estes sim, foram privados do seu direito de agonizar, do luto que acompanha a agonia e a morte. Na longa duração da história², por muitos séculos, percebe-se que havia uma seqüência nítida de ação quando o assunto era a morte: depois dos funerais e do enterro, seguia-se o luto propriamente dito, mas, até isso, a regra de organização da sociedade ocidental alterou recentemente, conforme preconiza Philippe Ariès no livro *O homem diante da morte*: “a dor da saudade pode permanecer no coração do sobrevivente, não devendo manifestá-la em público, segundo a regra atualmente adotada em quase todo o Ocidente” (ARIÈS, 1990, p. 631).

O sentimento do luto (e porque não dizer mesmo a sua expressão) é necessário, pois representa uma vontade de não se render de forma passiva à natureza das coisas.

² Usa-se aqui o termo longa duração referindo-se as questões relativas ao processo da manutenção de usos e hábitos que tornavam costumeiras certas maneiras de agir, ou que organizavam modos de pensar sobre determinados assuntos, idealizando um *modus operandi* em relação a eles que duravam séculos.

Daí, a importância, do ponto de vista antropológico, de todo o rito funerário. Externar o sentimento de perda é um elemento importante para o indivíduo que, a partir do momento em que enfrenta efetivamente esse sentimento, reconhece-se também mortal, em seu interior.

Ademais, e parafraseando Françoise Dastur, o luto faz parte de uma gama de condutas culturais de suma importância, que têm por função constituir uma memória coletiva em relação aos mortos (DASTUR, 2002). Definida dessa forma, a história da morte assume um espaço interessante, situado na linha da evolução que levou os pesquisadores interessados nessa área das culturas a se comprometerem com o domínio no qual a clareza do pensamento racional cede lugar a atitudes inconscientes, as quais os seres humanos realizam sem perceber.

Nesse campo, a mentalidade passa a ser revelada mais por atos que por palavras e segundo Michel Vovelle expressando

(...) a história das atitudes coletivas que agora está em pleno desenvolvimento. Ela tem seus campos de atuação: a história das atitudes diante da vida, a história da estrutura da família, a morte. Esses de certa forma são os campos da mesma pesquisa. A história da morte conserva, nessa rede complexa, um valor exemplar e específico. Na aventura dos homens, eis uma invariável ideal e essencial. É uma invariável muito relativa, aliás, porque a relação dos homens com a morte mudou, o modo como ela os atinge também; mas a conclusão permanece a mesma: é a morte (VOVELLE, 1996, p. 11).

Dentro desse contexto, o luto é uma forma de interiorização do defunto, e o ritual funerário, nesse processo, apenas uma maneira de demonstrar visualmente e de forma exterior essa interiorização: esse fenômeno cria uma comunidade de vida com o espírito dos ancestrais e está presente em várias culturas. Na verdade, o fundamento dessa ação está em minorar a ausência por excelência que é representada pela morte, fazendo com que o desaparecimento do ente querido não seja absoluto. Sobre o assunto diz Dastur:

Uma antropologia histórica da morte mostra, com efeito, que os homens das sociedades arcaicas repugnavam a idéia de uma destruição definitiva e total e consideravam que os mortos continuavam a levar a nosso lado uma vida invisível e não cessam de intervir no curso da existência daqueles que chamam a si mesmos de vivos (DASTUR, 2002, p. 17/18)³.

³ Esse aporte de pensamento se coaduna com o de Michel Vovelle, quando o autor relata que para se construir de fato uma história social dos vivos, faz-se imprescindível articular o mesmo processo em relação aos mortos. Sobre o assunto ver: Vovelle, Michel. *A história dos homens no espelho da morte*. In: BRAET, Herman & WERNER, Verbeke. **A morte na idade média**. São Paulo: USP, 1996.

Jorge Salomão, no texto *A estética da morte*, explica o motivo pelo qual as pessoas tendem a não se conformarem com a morte dos entes queridos, pois essa morte significa a ausência da vida que, em último caso, representa um conceito negativo, a perda do pensamento no nada e do ser humano em um abismo vazio. Diante desse pressuposto, a angústia se torna, de fato, uma consequência lógica, uma reação contra o absurdo que é o morrer: “Se o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus vivo, com o destino de viver, por que então morre? É o sinal do pecado” (SALOMÃO, 1964, 16).

O mundo contemporâneo nega ao indivíduo a consciência de que ele vai morrer, até porque a medicina tudo faz para impedir esse processo, como se fosse dado ao ser humano viver eternamente. Sobre o assunto, Françoise Dastur, na obra *A morte – ensaio sobre a finitude*, diz que:

Vencer a morte, tal é a proposta não somente da metafísica, que almeja o conhecimento do supra-sensível e do não-corruptível, mas também da religião, enquanto esta é promessa de sobrevida pessoal; da ciência, que eleva a validade de uma verdade independente dos mortais que sobre ela refletem; e, de forma mais geral, do conjunto da cultura humana. Já que esta se fundamenta, essencialmente, na transmissibilidade de técnicas que constituem o tesouro durável de uma comunidade, estendendo-se por várias gerações (DASTUR, 2002, p. 06).

Nesse contexto, o moribundo acaba por ser marginalizado, esvaziam-se os ritos de morte relativos ao extravasamento do sentimento daquele que morre e daquele que acompanha o que morre. A morte que foi companheira do homem durante um período que parece infinito já não se apresenta aos olhos do mundo ocidental como um destino inexorável, mas sim como uma espécie de inimiga como se aufer da citação abaixo transcrita, retirada do texto de Jorge Salomão supracitado:

A morte é bem a impassível, a indiferente, a implacável. Lamentos e súplicas não chegam até seu coração de bronze. Na hora prefixada, sem a concessão de um segundo ela comparece com a exatidão de um credor cronométrico, tal qual aquele espectro vermelho imaginado por Edgard [Allan] Poe, embuçado numa mortalha que surpreende o Príncipe Próspero e os convivas num suntuoso baile de máscaras. Nada comove a morte, nem as lágrimas, sejam as de Davi, chorando o fim de Absalão, ou as de Aquiles, vertidas sobre o corpo de Pátroclo, morto por Heitor (SALOMÃO, 1964, p. 20).

Na verdade diante da citação, a morte parece mesmo introneteada, já que ela interrompe nada mais, nada menos, que o transcurso de uma vida. Porém, o que a sociedade contemporânea parece não perceber, nessa sua linha de ação escolhida para

lidar com a morte, é que, ao negar a experiência da morte e do morrer, está negando a própria humanidade do ser.

Essa sociedade esqueceu que a morte é uma das características essenciais da humanidade, ao lado de algumas outras, como a linguagem, o pensamento e o riso. Ao negar a morte, a humanidade deixa de alcançar a consciência de si mesma. Entretanto, nem sempre foi assim: em geral, no medievo, as sensações e a maneira de pensar a morte eram muito diferentes da sociedade contemporânea.

3. A morte na sociedade medieval

É possível que essa ordenação de idéias tenha feito Jacques Le Goff perguntar-se: “O que é viver e morrer na Idade Média?” (LE GOFF & TRUONG, 2006, p. 91). Certamente que, responder a essa pergunta, é uma tarefa difícil. Ela não pode ser respondida de forma única, sem equívocos, porque, a maneira de viver a vida, modelada pelo estado social do medievo, que corresponde ao espaço do ocidente europeu, evoluiu e se transformou, durante o período que se convencionou chamar de Idade Média. Para que se tenha uma noção mais clara do processo, vale à pena ressaltar aqui a idéia de dois pensadores sobre o assunto: Johan Huizinga e Philippe Ariès.

Segundo Huizinga, em *O declínio da idade média*, “em nenhuma outra época como na do declínio da Idade Média se atribuiu tanto valor ao pensamento da morte” (HUIZINGA, 1996, p. 145). O autor infere que, em tempos anteriores, a religião havia insistido no constante pensamento sobre a morte, mas os tratados religiosos sobre o assunto iam parar nas mãos dos indivíduos que já haviam voltado as costas para o mundo profano, ou sejam, os monges.

Desde o século XIII, a ação das ordens mendicantes corroborava a lembrança da morte, atuando como uma sombra obscura que ecoava por toda a superfície da terra. A partir do século XV, a esse efeito aterrorizante, se foram agregando as palavras dos pregadores, através dos sermões. Independentemente da forma de ação, a multidão era o alvo dos atos correlacionados acima, e que apresentavam a morte de uma forma simples: o que importava saber era que a glória terrena era efêmera, que o esplendor do mundo era vazio e que a beleza humana caía em decrepitude rapidamente, como se pode perceber na citação abaixo transcrita:

Mas para melhor ver o que sois, ó cristãos – diz S. João Crisóstomo – ide visitar os túmulos. Vede como este cadáver se vai tornando de amarelo em negro. Em seguida, descobrem-se, em todos os membros, uma espécie de penugem branca e repelente. Sai dele uma matéria viscosa e infecta, que corre pela terra. Nesse pus, gera-se, o mais breve possível, uma multidão de vermes que se nutrem das próprias carnes. Os ratos vêm também procurar o pasto nesse cadáver, saltando uns em roda, ao passo que outros penetram na boca e nas entranhas. Despegam-se e caem as faces, os lábios, os cabelos; as costelas são as primeiras que se despem, depois os braços e as pernas. Quando as carnes estão todas consumidas, os vermes consomem-se a si próprios, e deste corpo só resta, finalmente, um esqueleto fétido que, com o tempo, se divide, destacando-se os ossos uns dos outros e separando-se a cabeça do tronco (...) (CRISÓSTOMO, Apud Salomão, 1964, p. 2/3).⁴

Huizinga ainda afirma que a preocupação da lembrança e o pensamento da fragilidade do ser humano, em si, não satisfazem a necessidade de exprimir, de forma ainda mais violenta, o medo que a morte deve inspirar. Daí, a necessidade de se figurar esse fenômeno, de forma mais completa, de onde se origina a lógica de apresentar aos incautos a figura tenebrosa do cadáver que apodrece.

Nessa presença nefasta, faz-se presente a exibição de todos os horrores que esperam, em um futuro breve, a beleza humana, horrores que, na verdade, já se acham ocultos, sob a superfície dos encantos corporais. Triste mundo, onde toda a beleza e toda a felicidade são tênues, destinadas a se acabar em breve. Para quem vive nesse tempo, só existe uma saída: renunciar às benesses mundanas, o quanto antes, para que não venha a se decepcionar quando estas começarem a apodrecer, uma vez que essa é sua condição, fadadas que estão ao desaparecimento.

Já Philippe Ariès tem uma posição diferente: ele ressalta a idéia de que a morte, na Idade Média, é menos áspera, menos dura, até mesmo mais doce que no mundo contemporâneo. O autor faz referência, em seu texto *O homem diante da morte*, à idéia da “morte domesticada”, que parece opor-se à aspereza da vida dos homens e das mulheres da Idade Média, da qual falava Huizinga.

A imagem da morte que Ariès toma como ponto de partida, para as suas análises, enquadra-se no contexto abaixo transcrito:

A imagem da morte, que tomaremos como ponto de partida das nossas análises, é a do período da alta Idade Média; digamos, em suma, da morte de Rolando. Embora ela ainda lhe seja anterior: é a morte acrônica dos longos períodos da mais antiga história, talvez pré-história; também lhe sobreviveu e a encontraremos de novo no lenhador de La Fontaine, nos camponeses

⁴ São João Crisóstomo (349-407) foi um teólogo e escritor cristão, patriarca de Constantinopla entre o final do século IV e o início do V.

de Tolstói e ainda numa velha dama inglesa do século XX. Contudo, a originalidade da alta Idade Média está no fato de a aristocracia da cavalaria ter então imposto as imagens das culturas populares e orais a uma sociedade de clérigos letrados, herdeiros e restauradores da antiguidade sábia (ARIÈS, 1996, p. 6).

Philippe Ariès denota, em sua obra, uma característica marcante da morte nos tempos medievais: o fato de que essa morte era regulamentada por um ritual costumeiro, descrito com benevolência. A morte comum, normal, não se apoderava da pessoa de forma traiçoeira, ceifando-lhe, de uma hora para outra, a seiva da vida. Mesmo quando essa morte era acidental, conseqüência de um ferimento qualquer, mesmo quando essa morte era efeito de um sentimento muito poderoso, de uma emoção muito forte, percebia-se que se ia morrer. A morte parecia dar tempo de ser percebida por quem morria e pelos que estavam ao redor daquele que morria.

José Luiz de Souza Maranhão, no livro *O que é morte*, corrobora o pensamento de Ariès, ao afirmar que havia todo um ritual que acompanhava a pessoa quando esta pressentia a chegada de seus momentos finais, como se pode auferir da citação abaixo transcrita:

A pessoa que pressentia a proximidade do seu fim, respeitando os atos cerimoniais estabelecidos, deitava-se no leito de seu quarto donde presidia uma cerimônia pública aberta às pessoas da comunidade. Era importante a presença dos parentes, amigos e vizinhos e que os ritos da morte se realizassem com simplicidade, sem dramaticidade ou gestos de emoções excessivos. O moribundo dava as recomendações finais, exprimia suas últimas vontades, pedia perdão e se despedia. O sacerdote comparecia: era tempo agora de esquecer o mundo e de pensar em Deus. O moribundo se confessava e, se tal fosse possível, fazia uma confissão geral. Recebia a comunhão, dada como alimento para a viagem. Em seguida, o sacerdote ministrava a extrema-unção, o sacramento da partida (...) quando se aproximavam os últimos momentos a comunidade recitava as orações dos agonizantes (MARANHÃO, 1998, p. 07/08).

Observa-se, pela citação que, mais que ritualizada, a morte era assistida. Não se escondia dos olhos dos familiares a condição do moribundo e nem dele mesmo: todos sabiam que o fim estava próximo e ele era mesmo aguardado, senão desejado. Ou dito de outra forma: nesse contexto e parafraseando Maranhão, na obra supracitada, ninguém morria sem saber, antes, que iria morrer (MARANHÃO, 1998).

A pessoa tinha consciência de que morreria, seja por si mesma, seja por informação de terceiros. Desonroso, nesse contexto, era a morte súbita, que chegava sem aviso, pois impedia que o indivíduo seguisse o protocolo instituído pelo ritual como, por exemplo, o ato de arrepende-se. A morte súbita impedia, ainda, que se

organizasse a cerimônia da morte e que o moribundo presidisse essa cerimônia de forma digna.

Segundo Jacques Le Goff, seria muito cômodo, para qualquer estudioso que se debruçasse sobre as questões da morte, na Idade Média, dizer que a verdade sobre o assunto situava-se entre as concepções construídas por Huizinga e Ariès. Para não cometer esse equívoco, ele prefere expressar-se como a seguir:

Digamos simplesmente que, através do exame da velhice, tomada entre o prestígio da idade e a malignidade das 'velhinhas' ridicularizadas em numerosos textos medievais, através da atitude em relação ao doente, ao mesmo tempo rejeitado e eleito, ou ainda do corpo dos mortos, atormentados ou gloriosos, é ainda a tensão, que atravessa o corpo de parte a parte, que permite esboçar o que podia significar viver e morrer na Idade Média (LE GOFF & TROUNG, 2006, p. 92).

Não se pode esquecer que, assim como em qualquer sociedade constituída, a resposta que os homens e mulheres da Idade Média davam às questões, envolvendo sua concepção de vida e de morte, estavam intrinsecamente ligadas ao seu modo de ver o mundo, o qual é pautado na concepção de mundo que o cristianismo evoca. Esse processo não chega a causar uma surpresa pois, como bem salienta Gerhild Scholz Williams, no texto *A morte como texto e signo na literatura da idade média*:

A morte estabelece o vínculo entre passado e futuro e opera de forma estruturante como texto e signo sobre a concepção que cada sociedade faz de sua própria tradição. Nessa tradição, a determinação da existência religiosa depende de como um povo representa seu Deus e, (...), de como ele caracteriza sua morte (WILLIAMS, 1996, p. 131)⁵.

Ou, dito de outra forma e parafraseando Jacques Le Goff: cada sociedade define-se pela maneira como enterra seus mortos, pelo modo como a morte é vivida e representada dentro de seu cotidiano (LE GOFF & TRUONG, 2006). Nesse caso, o ocidente medieval não tem porque escapar a essa regra.

Entretanto, ao seguir essa linha de análise, o pesquisador percebe-se diante de uma perspectiva sedutora, a qual propõe que, mais do que estudar a morte, em si mesma, é importante para os historiadores interessados na análise da morte na Idade Média, o estudo dos sentimentos e das atitudes que a morte suscita, ou seja, o estudo dos mortos.

⁵ WILLIAMS, Gerhild Scholz. *A morte como texto e signo na literatura da idade média*. In: BRAET, Herman & WERNER, Verbeke. **A morte na idade média**. São Paulo: USP, 1996.

Há que se salientar os cuidados dos quais os mortos são objetos, o lugar e o papel que os vivos lhes atribuem. Não se pode esquecer, nesse contexto, que a morte é um momento do sistema de pensamento do Cristianismo, um momento de passagem, que liga este mundo ao além. O estudo da atitude, em relação ao corpo dos mortos ou aos moribundos, permite ao estudioso procurar reencontrar a percepção que os homens e mulheres do medievo tinham diante desse acontecimento peculiar, partilhado de forma universal.

Entre as atitudes que faziam parte do apanágio medieval dos chamados cuidados devidos aos mortos⁶, estavam atos como: “orar, celebrar a eucaristia e dar esmola por intenção dos defuntos – tais são as três maneiras de consolar os mortos segundo as regras eclesiásticas” (LE GOFF & TROUNG, 2006, p. 121). Um dado interessante, que deve ser ressaltado, diz respeito ao fato de que, aos olhos da igreja, o que parecia mesmo ser preocupante, era a morte da alma. A extinção do corpo significava que a alma poderia libertar-se de seu invólucro carnal para juntar-se ao reino de Deus.

Em seu livro *Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo*, Georges Duby leva o leitor até o quarto de um moribundo e dá uma idéia geral de como ocorria a cerimônia funerária que se iniciava ainda quando o doente estava vivo. Segundo o autor, desde que chegava o momento derradeiro, a primeira preocupação que acompanhava o doente era libertar-se do peso das coisas mundanas, conforme se aufere da citação abaixo transcrita:

(...) o homem que se aproxima da morte deve desfazer-se pouco a pouco de tudo, começando por abandonar as honrarias do mundo. Primeiro ato, primeira cerimônia de renúncia. Ostentoso, como serão também os atos seguintes, pois naquele tempo todas as belas mortes são verdadeiras festas – elas exibem-se como num teatro, perante grande número de espectadores, de ouvintes atentos a cada atitude, a cada palavra, atentos a que o agonizante manifeste seu valor, a que fale e aja segundo a sua posição, a que legue um derradeiro exemplo de virtude aos que lhe vão sobreviver. Cada indivíduo, dessa maneira, ao deixar o mundo tem o dever de contribuir uma última vez para fortalecer a moral que conserva íntegro o corpo social, fazendo sucederem-se as gerações na regularidade que agrada a Deus (DUBY, 1987, p. 09/10)⁷.

⁶ Santo Agostinho escreveu um tratado com o título *Dos cuidados devidos aos mortos*, entre os anos de 421 e 422. Com essa obra, a igreja encontrou o que pode ser chamado de breviário dos moribundos o qual inferia as práticas a serem utilizadas para tratar do corpo morto. Maiores informações ver o site <http://www.presbiteros.com.br/Patristica/Cuidado.htm> acesso 09.01.2008 às 8 hs e 51 min.

⁷ É importante salientar que a maior parte das informações que se tem sobre a morte na Idade Média decorre de rituais de morte dos quais a nobreza é a personagem principal. É muito escasso o material que se refere à morte dos camponeses, ou das pessoas menos favorecidas da sociedade medieval, mas Philippe Ariès na obra *O homem diante da morte*, aponta que os burgueses enriquecidos buscavam imitar o fausto funerário da nobreza, de forma que se pode daí auferir que esse era o ritual de morte desejado, ou

A lógica que envolve a morte de personagens ilustres como o Marechal, e a morte de muitas pessoas na Idade Média preconizava a idéia de que era necessário livrar-se de todos os bens materiais, de tudo aquilo que poderia prender o indivíduo às tentações da carne ou à vida terrestre.

Aquele que estava morrendo deveria gastar suas últimas forças para se libertar desse lastro pois, assim, elevar-se-ia aos céus mais rapidamente e se ergueria mais alto junto à glória divina. O pensamento envolve justamente essa idéia: guindar-se ao mais alto cume do firmamento, subir.

Convém que, no momento de agonia final, o agonizante se mostre completamente despido, que a terra o receba como o mundo o recebeu: nu de qualquer tipo de honraria. Nesse contexto, o indivíduo segue a linha da prerrogativa cristã de um renascimento, de uma ressurreição para uma vida nova, que vale mais que a vida na terra, pois é uma vida eterna. Sobre esse assunto e a relação do Cristianismo com a morte, Françoise Dastur esclarece que: “É com o Cristianismo que aparece a idéia de um Deus triunfando sobre a morte, e é com ele também que é ressaltado o trágico da condição humana, sob a forma da morte na cruz de um Cristo abandonado por um Deus que silencia” (DASTUR, 2002, p. 24).

Na verdade e exatamente por corroborar com essa idéia de ressurreição e de vida eterna, fica muito difícil pensar o Cristianismo como uma imagética que permita ao indivíduo aceitar a idéia da mortalidade, pois se morre nesta vida terrena, para se viver na eternidade.

Há que salientar que, na Idade Média, a libertação dos bens materiais constituía um primeiro momento do longo ritual que envolvia, em uma intrincada rede a morte, a família do morto e o moribundo. O segundo momento iniciava-se a partir do ponto em que o indivíduo que estava morrendo, já liberto dos bens materiais que o acorrentavam a este mundo, começava a se preocupar com o lugar onde seus restos mortais iriam descansar.

Cabia ao agonizante designar o lugar de seu repouso eterno e “expressar, nesse momento exato, o desejo que tem relativamente à carne que vai abandonar” (DUBY,

pelo menos, o ritual de morte a ser imitado. Sobre o assunto ver: ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

1987, 18). E nesse universo de proximidade com o sagrado, até mesmo os mortos tinham seu lugar favorito. Segundo José Luiz de Souza Maranhão, na obra *O que é morte*:

Durante o período medieval, até por volta do século XVIII, encontramos presente a crença muito difundida de que ser enterrado próximo aos túmulos dos santos ou de suas relíquias, perto do altar dos sacramentos, sob as pedras da nave ou no claustro do mosteiro (túmulo *ad sanctos*) garantia ao defunto uma intercessão especial dos santos e o direito assegurado de salvação (MARANHÃO, 1998, p. 31).

Dado o contexto do medievo, tão cheio das questões relativas à fé, onde se afigurava a todo fiel, ser ele um peregrino em direção a Jerusalém Celeste⁸, não é de se espantar que os homens e mulheres acreditassem que, ao confiar seu corpo ao enterro *ad sanctos*, eles próprios se tornassem, como que por uma espécie de osmose, imortais entre os santos e célebres entre os que permaneciam ainda peregrinando neste mundo.

É evidente que, esse espaço sagrado que compreendia a igreja ou o mosteiro, era limitado e não podia comportar todos os defuntos. Aí se percebe uma estratificação social das condutas funerárias e uma continuidade do ideário de classes que dividia os medievos em três ordens: os que rezam (*oratores*), cuja função definida e dada a eles por Deus era de que orassem pelo bem de todos; os que guerreiam (*bellatores*), cuja função é de lutar para proteger a todos que fazem parte desse mundo; e os que trabalham (*laboratores*), cuja função é executar os trabalhos mecânicos responsáveis pela manutenção de todos⁹.

Os espaços próximos aos corpos santos, nas igrejas e mosteiros, eram reservados para a nobreza (*oratores* ou *bellatores*). Segundo Maranhão, em obra supracitada, quanto menos nobre o indivíduo, mais longe da graça do corpo sagrado ele se encontrava: “Quanto aos outros, os mais pobres e desvalidos, eram envoltos num sudário simples e, em seguida literalmente despejados em fossas comuns, localizadas nas circunvizinhanças da igreja” (MARANHÃO, 1998, p. 32).

Nessa mesma perspectiva, Philippe Ariès, na obra *O homem diante da morte*, tem um capítulo especial reservado à questão do enterro *ad sanctos*. A linha de análise

⁸ Sobre o período medieval e as questões relativas à fé, ver: MEDEIROS(2006) e FRANCO Jr.(1992.)

⁹ Não é função deste ensaio discutir questões referentes às estruturas sociais do mundo medieval, haja vista a necessidade de muito mais espaço para que uma tal discussão fosse encetada. Sobre o assunto ver: DUBY (1992); DUBY (1989); e BLOCH (s/d.)

utilizada pelo autor, para falar do assunto, difere um pouco da de Maranhão, uma vez que Ariès adota uma postura mais relacionada ao sentimento que os vivos evocavam em relação aos mortos, bem como às atitudes dos vivos em relação aos mortos e ao fenômeno da morte propriamente dita.

Segundo Ariès, apesar da familiaridade com os mortos na Antiguidade Clássica, as pessoas temiam a sua vizinhança e sempre procuraram mantê-los à distância. Suas sepulturas eram veneradas, em parte, porque se temia o seu retorno, e o culto aos túmulos tinha por finalidade, justamente, impedir que eles voltassem para perturbar os vivos. Os mortos deveriam ter seu local de descanso em separado dos vivos.

Nesse sentido, o autor elenca várias legislações do mundo antigo, desde a Lei das Doze Tábuas, à jurisprudência romana, e todas estas são unânimes em dizer que os cadáveres não devem ser depositados na cidade, sob pena de macular os espaços sagrados da urbe. Eis o motivo pelo qual os cemitérios da Antiguidade eram sempre fora das cidades, ao longo das estradas, caso da via Appia, em Roma: “túmulos de família construídos em domínios privados, ou cemitérios coletivos, possuídos e geridos por associações que talvez tenham fornecido aos primeiros cristãos o modelo legal de suas comunidades” (ARIÈS, 1989, p. 35).

Nos primeiros tempos do Cristianismo, o costume de enterrar os mortos fora da cidade foi seguido. Os cristãos eram enterrados nas mesmas necrópoles que os pagãos e, *a posteriori*, em locais próximos a estes, mas em cemitérios separados, dada a sua diferença religiosa. Entretanto, os mortos eram sempre enterrados fora das cidades, longe dos vivos para evitar o *funestus*¹⁰. Mas, essa repugnância em relação à proximidade dos mortos, logo desapareceu entre os cristãos antigos, estando aí à origem do enterro *ad sanctos*: a fé na ressurreição dos mortos, associada ao culto dos mártires e de seus túmulos, promoveu esse “milagre”.

O enterro *ad sanctos*, na proximidade dos túmulos dos mártires, tinha ainda outro motivo, como bem ressalta Ariès em obra supracitada: “o principal motivo do enterro *ad sanctos* foi assegurar a proteção do mártir, não só ao corpo mortal do

¹⁰ Segundo Philippe Ariès, o termo *funestus*, que significa originariamente a profanação causada pelo cadáver, tem origem na palavra latina *funus*, que significa ao mesmo tempo, os funerais, o corpo morto e o homicídio. Sobre o assunto ver: ARIÈS (1989).

defunto, mas também ao seu corpo inteiro, para o dia do despertar e do julgamento (ARIÈS, 1989, p. 37).

Dessa forma, os túmulos dos mártires atraíram, para sua proximidade, as sepulturas pois, aqueles que desejavam ser enterrados perto desses túmulos, acreditavam estarem, assim, associados à virtude do indivíduo ali sepultado, e a ação divina dele ou dela, serviria como resgate dos pecados cometidos pelo defunto no *post mortem*.

Esse elemento se coadunava, sobremaneira, à mentalidade dos medievos, conforme se aúfere da citação abaixo, transcrita da obra de Hilário Franco Júnior, *Idade média: nascimento do ocidente*:

Ou seja, acreditava-se que todas as boas ações praticadas pelos homens formavam uma espécie de reserva de virtudes, ou tesouro, como se chamou desde fins do século XII ou princípios do século XIII. Esse tesouro, pertencente à comunidade cristã, era administrado pela igreja, que distribuía partes dele aos merecedores ou aos necessitados. (...) a crença naquele tesouro é que tornava tão importantes os monges, os peregrinos e os santos. Os primeiros eram considerados importantes acumuladores de virtudes, daí o hábito de lhes doar todo o tipo de bens para que eles intercedessem através de suas orações pela salvação do doador. Foi assim que Cluny se destacou, desenvolvendo toda uma liturgia fúnebre, cristianizando a festa pagã dos mortos, afirmando que as almas penalizadas teriam seu castigo abreviado por orações em sua intenção (FRANCO Jr., 1992, p. 166).

Dessa forma, as cidades cristãs, do início da Idade Média, caracterizavam-se por possuírem dois centros de vida, bem ordenados e, por que não dizer que competiam entre si: a catedral, sede do bispado, em cujo interior não havia um só túmulo; o santuário cemiterial; a basílica, onde havia, não só os túmulos dos mártires e de todos que desejassem ser enterrados em suas proximidades, mas também a presença de uma multidão de peregrinos.

Esse processo se foi ordenando, de tal maneira, que chegou o momento em que desapareceu a fronteira entre o bairro, a urbe, propriamente dita, e o cemitério, onde os mortos eram enterrados, desde tempos imemoriais. Sobre o assunto, Philippe Ariès salienta que:

O desenvolvimento dos bairros novos em torno da basílica cemiterial já mostrava uma grande alteração: os mortos, primeiros ocupantes, não tinham impedido os vivos de se instalarem ao lado deles. Observava-se, portanto aqui, em seus primórdios, o enfraquecimento da repulsa que os mortos inspiravam na Antiguidade. A penetração dos mortos para o interior dos muros, no coração das cidades, significa o abandono completo da antiga interdição e a sua substituição por

uma atitude nova de indiferença ou de familiaridade. Daí por diante os mortos deixaram completamente e por muito tempo, de fazer medo (ARIÈS, 1989, p. 40/41).

Esse universo de coexistência acabou fazendo com que os cemitérios se tornassem lugares de compra e venda, verdadeiras feiras, onde se acertavam acordos de todas as espécies, como foi o caso do cemitério d' Os Inocentes, em Paris, configurado como cenário, na obra de Victor Hugo, *O corcunda de Notre Dame*. Sobre Os Inocentes, Johan Huizinga, na obra *O declínio da idade média*, afirma que:

Apesar dos incessantes enterros e exumações que se faziam ali o lugar era um átrio de recreio e de reunião. Estabeleceram-se lojas em frente dos ossuários e as meretrizes passeavam sob os claustros. Uma reclusa foi emparedada num dos lados da igreja. Ali vinham frades pregar e ali se formavam procissões. (...). Mesmo festas tinham lugar ali, a tal ponto o horrível se tornara familiar (HUIZINGA, 1996, p. 156).

A questão em voga, entretanto, diz respeito ao fato de que, uma vez tendo sob seus muros o corpo de um santo, que atraía os túmulos de outros mortos e as estações de peregrinação, as diferenças entre as igrejas cemiteriais e as grandes catedrais deveriam desaparecer. Isso porque, ao negar o enterro *ad sanctos* aos mortos, a catedral perdia espaço para os santuários que passavam a se situar, muitas vezes, em bairros mais afastados.

Assim, os mortos já misturados aos habitantes dos bairros mais periféricos, foram trazidos para os centros históricos das cidades: quando isso aconteceu, já não havia mais igrejas, fossem elas basílicas ou catedrais, que não recebessem, sob sua guarda, sepulturas, ou que não estivessem ligadas a um cemitério. Não havia mais como separar a igreja do espaço de guarda dos mortos: essa relação estava definitivamente estabelecida. Segundo Ariès, esse processo começou a tomar corpo na Europa Ocidental a partir do século VII depois de Cristo.

Nesse contexto, os cemitérios pagãos rurais, em sua maioria, acabavam por ser esquecidos, devido à imposição de uma nova atitude em relação à morte e aos mortos: abandonados à ação do tempo, cobertos pela vegetação que se esparramava pelos túmulos, os cemitérios em campo aberto, só eram lembrados ocasionalmente, quando em tempo de peste, por exemplo, para que, ali, as pessoas fizessem uma eventual

peregrinação. Nesse caso, o local recebia o benefício da construção de uma capela, na maioria das vezes votada a São Miguel¹¹.

4. Considerações Finais

Consideradas as questões, até aqui abordadas, percebe-se que o enterro *ad sanctos*, o povoamento das zonas periféricas em torno das basílicas cemiteriais e a penetração posterior das sepulturas nos centros históricos das cidades, constituem as etapas de uma evolução que aproxima vivos e mortos, anteriormente, mantidos a distância.

O cemitério passou a ter uma importância ímpar, no contexto da medievalidade, pois passou a representar uma nova concepção do espaço sagrado dos mortos, que substituiu a da Antiguidade. Sobre o assunto, Ariès diz que: “Os autores medievais perceberam muito depressa que os seus costumes funerários se opunham aos dos Antigos (ARIÈS, 1989, p. 45)”.

O que persistia, no pensamento dos homens e mulheres do medievo, era a idéia de que os antigos não reservavam, aos seus mortos, um local especial. Some-se o costume que mantinham de enterrar os seus mortos em suas propriedades, Daí, o surgimento dos cemitérios particulares, fenômeno que entrou em choque direto com a maneira de vivenciar a experiência da morte, que os medievos puseram em prática: enterrar seus mortos, em lugares tidos como santos, ou sagrados, destinados à oração pelas almas dos defuntos. Tais lugares eram públicos e freqüentados por muita gente, ao contrário dos bucólicos cemitérios rurais particulares típicos do mundo antigo.

Nesse contexto, o corpo morto do cristão acabava por criar um espaço diferenciado: um terreno especial, senão de todo sagrado, ao menos religioso, a saber, o espaço do cemitério. Local apropriado para se enterrar os restos mortais dos entes queridos, bem como para dizer as orações por suas almas.

Qualquer sepultura que estivesse fora desse campo santo, isolada, causava sentimentos de repúdio e horror: as sepulturas solitárias eram consideradas sepulturas malditas pois, somente os malditos, eram abandonados nos campos e alijados da

¹¹ A consagração de São Miguel, nesse tipo de construção é muito significativa, pois ele era o responsável, segundo a crença em voga, no período, por vir “buscar” a alma dos mortos e levá-la para o Além, numa clara analogia ao Classicismo grego e à figura do barqueiro Caronte.

presença de uma coletividade que se estendia até a morte. Sobre esse sentimento de coletividade, diz Hilário Franco Júnior, em obra supracitada:

Mais ainda, isso se refletiu na visão do pós-morte, sempre fundamental para o homem da Idade Média. Na fase de contratualismo coletivista, foram comuns as cenas do Juízo Final, após o qual a humanidade estaria eternamente dividida em dois grupos, o dos condenados e o dos salvos. Isso significava que as atitudes do homem nesta vida estariam definindo a qual grupo ele pertenceria posteriormente (FRANCO Jr., 1992, p. 168).

Estar em um cemitério consagrado e, preferencialmente próximo ao corpo de um mártir, era fator que, de acordo com o espírito do tempo, garantia aos homens e mulheres a certeza da salvação. O mesmo não se pode dizer daqueles que eram excomungados ou dos que eram criminosos, os quais não tinham a mesma graça.

Em relação ao assunto, diz Philippe Ariès: “O espaço em torno dos patíbulos era fechado por uma cerca. O recinto do patíbulo devia servir também de depósito de imundícies: os despojos dos supliciados ficavam assim recobertos de sujeira”. (ARIÈS, 1989, p. 49) Entretanto, houve, inicialmente, o costume de inumar os criminosos nos cemitérios consagrados, pela razão de que, segundo a lógica do pensamento eclesiástico, Deus não condena duas vezes pelo mesmo motivo.

Mas essa lógica do pensamento cristão não agradou os homens e as mulheres do medievo e nem de princípios dos tempos modernos, os quais não aceitavam que parasse na morte o curso da justiça (vingança) sobre aquele ou aquela que havia transgredido as regras constituídas do viver em sociedade. Assim, aponta-se, como exemplo, os suicidas, cujo cadáver era lançado fora do cemitério.

De acordo com Émile Durkheim, no livro *O suicídio*, a questão dos suicidas foi assunto de relevância para as sociedades cristãs, desde os seus primórdios, como se aufere da citação abaixo transcrita:

Mal as sociedades cristãs se constituíram, o suicídio foi formalmente proibido. Em 452, o concílio de Arles proclamou que o suicídio era um crime e que só podia ser conseqüência de uma fúria demoníaca. (...), em 563, no concílio de Praga, que essa prescrição recebeu uma sanção penal. Decidiu-se que os suicidas não seriam ‘honrados com nenhuma comemoração do santo sacrifício da missa e que o cântico dos salmos não acompanharia o seu corpo na descida ao túmulo’. A legislação civil inspirou-se no direito canônico e acrescentou às penas religiosas as penas materiais. Um capítulo das regras de São Luís regulamenta especialmente essa matéria: fazia-se um processo ao cadáver do suicida diante das autoridades que fossem competentes para o caso; os bens do falecido não eram herdados pelos sucessores, como de hábito, e eram restituídos ao nobre. Um grande número de costumes não se contentava com a confiscação e prescrevia ainda outros suplícios (DURKHEIM, 2005, p. 358).

Jorge Salomão, na obra *A estética da morte*, afirma que a legislação da Idade Média foi muito severa em relação aos suicidas. Segundo o autor, era comum, no período medieval, a prática de ações contra os corpos dos suicidas, como as abaixo transcritas:

(...) arrastava-se o cadáver do suicida por uma abertura praticada sob a soleira da casa onde se verificara a morte. Se ele se tivesse apunhalado, punha-se-lhe junto da cabeça um pedaço de madeira, no qual se enterrava o instrumento do seu trespasse; se ele se afogara, era sepultado na areia, a cinco pés da água; se tinha se atirado a um poço, inumavam-no sobre uma montanha ou perto de uma vereda, fixando-o no solo com uma pedra sobre a cabeça, outra encima do corpo e uma terceira sobre os pés (SALOMÃO, 1964, p. 35).

O que está efetivamente por trás dessa atitude mórbida em relação ao cadáver? O que significa punir aquele que já está morto e que já não terá direito às benesses do céu? Esse conjunto de atitudes que se pode vislumbrar, a partir da citação acima, refere-se ao fato de que o suicida deveria ser punido exemplarmente. Seu corpo devia ser ultrajado para que, no dia do Juízo, ele não se levantasse junto com os justos. Na verdade, ele devia passar pelo verdadeiro processo de morte: mais que não permitir que cânticos por sua alma fossem rezados, devia-se fazer com que sua memória fosse esquecida.

Suicidas e criminosos não tinham direito a lembrança. Mereciam ser punidos e despojados da “convivência” com os vivos, que iam ao cemitério, visitar seus entes queridos, ou que mandavam rezar missas e mais missas por suas almas, visando à saída destes, logo, do purgatório. Assim, a vingança dos vivos, em relação aos transgressores das regras do viver em sociedade, continuava, mesmo depois de sua morte.

Esse quadro reflete-se, também, no texto literário e aponta, exatamente, para a força de tal pensamento, no contexto do medievo: a morte não interrompia vinganças ou justiça. Observe-se o exemplo abaixo transcrito, retirado da obra, supostamente de autoria de Joseph Bédier, *O romance de Tristão e Isolda*:

De repente, Gorvenal ouviu o barulho de uma matilha: com grande estardalhaço os cães perseguiam um cervo, que se jogara na ravina. Ao longe, na charneca, apareceu um caçador. Gorvenal reconheceu-o: era Guenelon, o homem que seu senhor odiava mais do que qualquer outro. Sozinho, sem escudeiro, as esporas cutucando as ilhargas ensangüentadas do seu cavalo e fustigando o seu pescoço, ele corria. Emboscado atrás de uma árvore, Gorvenal espreitava-o. Ele viera depressa. Sua volta seria mais lenta.

Ele passou, Gorvenal saltou da emboscada, agarrou a brida e, revendo nesse instante todo o mal que aquele homem fizera, derrubou-o, desmembrou-o todo e foi embora, levando a cabeça decepada (BÉDIER, 2001, p. 67).

A citação referenda o processo analisado nos parágrafos anteriores, qual seja: aqueles ou aquelas que a sociedade medieval considerava seus inimigos ficavam interditos da sepultura em solo sagrado e, mais ainda, da lembrança.

Ademais, caso seus familiares reclamassem o sepultamento em cemitério ou a sepultura *ad sanctos*, era comum que a própria igreja negasse tais pedidos: em geral, as figuras transgressoras não estavam em boas graças com o mundo eclesiástico, por haverem sido excomungadas ou por não terem feito testamento. Na peregrinação deste mundo, tais homens e mulheres não haviam cumprido a sua parte, não haviam voltado seus olhos para a Jerusalém Celeste, haviam cometido pecados. Para eles e elas, não havia lugares consagrados: os lugares consagrados pertenciam, exclusivamente, aos que morriam em boas graças com a igreja.

Todas as alterações já discutidas no transcorrer deste texto, como por exemplo, a proximidade da convivência dos vivos com os mortos, através da mudança nos locais dos cemitérios, apontam para a mesma direção: o sentimento sagrado que os mortos inspiravam mudara o seu sentido, e isso alterava a própria concepção de espaço sagrado dos homens e das mulheres do período em questão.

Havia uma espécie de acordo entre o direito e a prática sobre a utilidade da sepultura *ad sanctos*; no entanto, esse acordo terminava em uma divergência, conforme se tratasse do cemitério ao lado da igreja, ou do enterramento no interior desta. Assim, o espaço sagrado, dentro da igreja, parecia ser *mais sagrado*, enquanto que, na medida em que dela se ia afastando, esse espaço (mesmo que consagrado) assumia ares *mais profanos*.

Para que se tenha uma noção do processo, observe-se a citação abaixo, transcrita do livro de Philippe Ariès, *O homem diante da morte*:

Os concílios, nos seus decretos, persistiram durante séculos em distinguir a igreja do espaço consagrado em torno dela. Enquanto impunham a obrigação de enterrar ao lado da igreja, não paravam de reiterar a proibição de enterrar no seu interior, sob a reserva de algumas exceções em favor dos padres, bispos, monges e alguns leigos privilegiados: exceções que se tornaram imediatamente a regra (ARIÈS, 1989, p. 50/51).

O mesmo concílio que proibia o enterramento dentro da igreja abria as exceções que acabavam por permiti-lo: inicialmente, para os bispos e abades; depois, para os padres, seguindo-se para os laicos fiéis (enterrados dentro da igreja, desde que permitido por um bispo, um pároco ou por um reitor do mosteiro). Os laicos fiéis eram, em geral, os senhores da terra: alguns, até, patronos das igrejas, tendo, suas família, uma atuação direta na paróquia¹².

Não se pode esquecer que os reis, também, entravam nesse rol. Em alguns casos, como o de São Luis¹³, esses corpos reais eram sagrados, comparáveis aos corpos dos padres ungidos, dos mártires e mesmo dos santos: como esses corpos não poluíam, pois a sacralidade que emanava deles era tal que dificilmente eles se corrompiam, podiam acompanhar o corpo e o sangue de Cristo sobre o altar. Era a glória dos impolutos acompanhando, de perto, Aquele que passou apenas três dias sob a égide da ceifeira.

O que estaria por trás desse sentimento infável, referente à não corruptibilidade desses corpos sagrados, que atraíam mais corpos para serem sepultados ao seu redor? Segundo Huizinga, havia um sentimento relativo à incapacidade de libertar-se das coisas do mundo, que movimentaria todo esse processo, conforme a citação que segue:

Esta incapacidade de libertar-se do apego à matéria manifesta-se também por outras formas. Um resultado do mesmo sentimento encontra-se na extrema importância atribuída na Idade Média ao fato de os corpos de certos santos não se terem decomposto – o de Santa Rosa de Viterbo, por exemplo. A Assunção da Virgem Santíssima libertando o seu corpo da corrupção terrena era por esse motivo considerada como a mais preciosa das graças. Em várias ocasiões se fizeram tentativas para retardar a decomposição. As feições do cadáver de Pedro Luxemburgo foram revestidas de tinta a fim de as preservar intactas até serem enterradas. O corpo dum pregador herético da seita dos turlupins, morto na prisão antes de ser sentenciado, foi conservado em cal durante quinze dias para poder ser queimado ao mesmo tempo que uma herética viva (HUIZINGA, 1996, p. 150).

Não havia interdição que conseguisse coibir os enterramentos *ad sanctos*: na verdade, eles eram contemporâneos aos textos que os proibiam e, na prática, continuaram ocorrendo até o século XVIII, como o informa Philippe Ariès em obra supracitada:

¹² Não se deve esquecer que, durante a Idade Média, muitas igrejas eram construídas dentro das propriedades rurais desses senhores feudais, e as suas expensas. Não raras vezes, as matronas dessas famílias ficavam com toda a ala feminina da casa costurando e bordando as toalhas que iriam enfeitar os altares nas missas. E era um costume da época, assinado pelo próprio santo Agostinho, que os laicos que morressem deixassem para a igreja a herança que corresponderia à parte de um filho. Assim não soa estranho que esses laicos fiéis tivessem seu espaço de sepultamento reservado dentro das igrejas.

¹³ Sobre o assunto ver: LE GOFF (1999).

Porque nunca se deixou, pelo menos até o fim do século XVIII, de enterrar nas igrejas. No século XVII, elas eram pavimentadas com túmulos, o chão era formado de pedras tumulares como o das basílicas da África romana. Em geral, nas igrejas francesas, já não se adivinha, sob o solo inteiramente reconstituído nos séculos XVIII e XIX, o cerrado tabuleiro de damas de túmulos lisos, embora ainda existam ali onde o zelo dos restauradores leigos ou eclesiásticos não se tenha manifestado demasiadamente (...) ou em pequenos burgos pobres e afastados (ARIÈS, 1989, p. 53).

Ainda, segundo o mesmo autor, é necessário reiterar que as tarifas para o enterramento dentro da igreja ou em cemitério adjacente, não eram tão diferentes assim: se havia uma diferença era na honraria de se estar enterrado mais próximo do altar. Era uma honraria que fazia parte de um conjunto de valores hierárquicos e de devoção: esse fenômeno não contava com limitações físicas, como por exemplo, o muro do cemitério. As coisas se passavam de tal forma que o muro do cemitério não existia; só se contava a distância até o centro espiritual do conjunto eclesiástico, no caso das igrejas, o altar central.

Outra questão interessante denota que, embora a igreja não fosse favorável à proliferação de túmulos, em seu interior, em virtude da idéia da corruptibilidade dos corpos, isso não impedia que ocorressem os enterros *ad sanctos* e em número cada vez maior. Esse fenômeno comprova que, na mentalidade do mundo medieval, as fronteiras entre o sagrado e o profano não eram bem delimitadas, pois o corruptível se misturava ao incorruptível quando os corpos humanos eram enterrados sob o altar onde se celebrava o Corpo e o Sangue do Filho de Deus.

Todo esse processo, descrito em relação ao universo que envolve as questões de morte na Idade Média, demonstra que, a maneira de sentir e de pensar não consegue definir, com certeza, o espaço do profano, invadido pelo sobrenatural; e o espaço do sagrado, penetrado de forma indelével pelo naturalismo.

REFERÊNCIAS:

- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
BÉDIER, Joseph. **O romance de Tristão e Isolda**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, s/d.
BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. **A morte clássica e os provérbios medievais em latim: um pequeno estudo**. In: BUZÓN et alii. *Los estudios clásicos ante el cambio de milênio – vida, muerte, cultura*. Buenos Aires: UBA, 2002. Tomo I, p.135-142

- DASTUR, Françoise. **A morte - ensaios sobre a finitude**. Rio de Janeiro: Difel, 2002
- DUBY, Georges. **Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo**. São Paulo: Graal, 1987.
- DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. Martins Fontes: São Paulo, 1989.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- FRANCO Jr., Hilário. **A idade média: nascimento do ocidente**. Brasiliense, São Paulo, 1992.
- <http://www.presbiteros.com.br/Patristica/Cuidado.htm> acesso 09.01.2008 às 8 hs e 51 min.
- HUIZINGA, Johan. **O declínio da idade média**. Portugal: Ulisséia, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **São Luis – biografia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LE GOFF, Jacques & TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MEDEIROS, Márcia Maria de. **A construção da figura religiosa no romance de cavalaria**. Tese de doutorado, Londrina, UEL, 2006, 160 p.
- MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. Sobre a *Arte de morrer* no outono medieval. In: www.outrostempos.uema.br, v.04, p.01-15.
- SALOMÃO, Jorge. **A estética da morte**. São Paulo: Saraiva, 1964.
- VOVELLE, Michel. **A história dos homens no espelho da morte**. In: BRAET, Herman & WERNER, Verbeke. *A morte na idade média*. São Paulo: USP, 1996.